



*Fidelização de um artista plástico na corte  
lusa: nobilitação de Machado de Castro  
(1770-1782)*

Juliano Gomes

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar alguns apontamentos preliminares de nossa pesquisa sobre a trajetória do escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822), no quadro da Modernidade Ibérica, em Portugal, e suas particularidades no que tange aos usos áulicos da arte e a condição do artífice na Corte brigantina do Setecentos. Buscamos recompor os contextos que marcaram sua ascensão dentro da Corte, com ênfase no reticulado de 1770-1782, assim como as redes de interlocução articuladas por Machado de Castro nesse transcurso. Tomamos como fontes sua vasta produção intelectual e documentação de cunho privado, em especial, a compilação intitulada “Joaquim Machado de Castro – Escultor Conimbricense. Notícia Biográfica e Compilação dos seus Escritos Dispersos” (1925), organizada por Henrique de Campos Ferreira Lima. Dentre os principais escritos há que se destacar sua principal obra, intitulada “Descrição analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I” (1810). Nosso trabalho inscreve-se na esteira de diversos outros estudos cuja abordagem preocupa-se com a reconstituição de trajetórias que tomam como referência os apontamentos de Pierre Bourdieu (1996) e Sabina Loriga (1998), dentre outros. Por isso, acompanhar a trajetória política de Machado de Castro passa por esquadrihar sua rede de sociabilidade, buscando compreender seu contributo, assim como sua relação com os artistas coevos que atuaram em trabalhos conjuntos ou paralelos aos seus na Corte lusa.

Palavras-chave: Modernidade Ibérica; Joaquim Machado de Castro; trajetória.

O escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822) não deixou de ser biografado aqui e acolá desde seu tempo em diversos fragmentos que descrevem parte de sua trajetória<sup>1</sup>. Sua produção literária, extensa e voltada a variados gêneros (poesia, estudos teóricos, ensaios e seu acervo epistolar de cunho privado), apresenta também contribuições para conhecer os meandros da ascensão social do artista. Parte desses escritos foram produzidos em fins de sua vida, revelando, como outras autobiografias, a fabricação seleta do artista sobre si próprio. Partilhamos da premissa de que o ímpeto do ato autobiográfico, parte do indivíduo que tem “[...] noção, mesmo que vaga, do poder da palavra e da força potencialmente arrebatadora da sua fixação escrita [...]” razão pelo qual oferece “[...] o seu auto-retrato à desprevenida ignorância de coevos e vindouros [...]” (SANTOS, 1980, p. 119). Como todo relato, o autobiográfico também reflete uma narrativa confeccionada sobre o passado. Por isso, buscamos reunir outras informações referentes ao artista. Acreditamos que os entrecruzamentos desses fragmentos cooperam para a construção de uma trajetória mais rica.

Nos escritos de Machado de Castro não localizamos referências específicas ao seu nascimento ou mesmo sobre sua infância. Buscando outras fontes localizamos a primeira referência biográfica sobre o escultor nos escritos de um de seus contemporâneos, o pintor e memorialista Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823), em sua *Collecção de Memórias*, publicada em 1823. Contendo a biografia de 150 artistas (dentre eles pintores, arquitetos, escultores e gravadores), a obra foi a primeira deste gênero em Portugal. Segundo nos conta, Machado de Castro “Nasceo em Coimbra pelos annos de 1732, e alli mesmo começou a apprender na escola de seu pae Manoel Machado, que modelava com perfeição [...]” (MACHADO, 1823, p. 265).

Procurando informações mais ricas sobre a fase inicial da vida de Machado de Castro, encontramos uma publicação feita na *Revista Universal Lisbonense*, de 17 de novembro de 1842. A autoria foi do diretor da Academia de Belas Artes de Lisboa, Francisco d’Assis Rodrigues (1801-1877), que publicou um artigo intitulado *Commemorações*, onde prestava as exéquias em memória aos 20 anos da morte de Machado de Castro. Rodrigues acrescenta maiores detalhes a biografia de Machado de Castro, a quem chama “meu respeitável mestre” (1875, p. s/n). Pelo que apuramos tal deferência se deve ao fato de seu pai, Faustino José Rodrigues, ter sido aprendiz predileto e sucessor de Machado de Castro na Aula de Escultura de Lisboa, o que indica importantes laços de afetividade e solidariedade entre as duas famílias. Vejamos o fragmento:

---

1. Não listaremos a exaustão todas as obras que tomaram como estudo o escultor Machado de Castro, mas cabe destacar aqui alguns trabalhos importantes: CyrilloVolkmar Machado, *Collecção de Memórias*, relativas a’s vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal (1823); Numa edição da *Revista Universal Lisbonense*, de 17 de novembro de 1842, o diretor da Academia de Belas Artes de Lisboa, Francisco d’Assis Rodrigues (1801-1877), publicou um artigo intitulado *Comemorações*; Henrique de Campos Ferreira Lima, *Joaquim Machado de Castro – notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos*; Machado de Castro e a estátua equestre (1939), de Luciano Ribeiro; Machado de Castro (1942), por Manuel Ribeiro; Machado de Castro (1958), de Diogo de Macedo. Miguel Figueira de Faria, *Machado de Castro: 1732-1822: estudos* (2008); Miguel Figueira de Faria (Org), *O Virtuoso Criador: Joaquim Machado de Castro* (2012); Miguel Figueira de Faria (Org), *Machado de Castro: da utilidade pública da escultura* (2014).

Nasceu Machado de Castro em Coimbra, aos 19 dias do mez de Junho de 1731 ; sendo seus Paes Manuel Machado Teixeira, e D. Thereza Angelica Taborda. Desde os primeiros annos deu mostras de rara habilidade para as sciencias e artes, mórmente para a Esculptura. Estudou grammatica nos geraes chamados de Pateo com os padres Jesuitas, e principiou muito cedo a exercita-se na Esculptura com seu pae, que modelava com graça e expressão, e que, no conceito e linguagem do filho, fora homem dotado de ingenho e habilidade encyclopédica (RODRIGUES, 1842, p. 99).

É ainda graças ao relato de Rodrigues que temos acesso a outras informações sobre as mudanças de foro íntimo que se abateram sobre a família do escultor, Machado de Castro teve o infortúnio de perder a mãe muito cedo, motivo pelo qual seu pai veio a casar-se novamente com D. Josefa de Cerveira. As núpcias supostamente colaboraram para que o jovem escultor decidisse seguir para a Corte:

[...] Para Lisboa se partiu o desconsolado mocinho, na idade de quinze para desasseis anos, não só para se esquivar aos máos tratos domesticos, se não também porque na mudança antevia ensejo para melhores e mais largos estudos [...] entrou para logo a frequentar o laboratório de Nicoláu Pinto, escultor em madeira, o qual descobrindo em pouco tempo o seu préstimo e a felicidade, que tinha na arte de modelar, e foi encarregando de fazer os modelos de varias imagens [...] (RODRIGUES, 1842, p. 99).

Como é possível perceber, em Lisboa, a primeira estadia foi no ateliê do escultor José de Almeida (1700-1799). Não há precisão sobre as datas, mas é possível que no período de 1746(47) a 1756, tenha transitado entre as oficinas de Nicolau Pinto e José de Almeida. Sobre Almeida, sabemos que foi agraciado com bolsa de estudos de cerca de dez anos (1718-1728), em Roma, por benefício do mecenato joanino (PEREIRA, 1989, p. 26). A formação clássica adquirida por Almeida em seu período de bolseiro o tornou “o primeiro Portuguez do Século 18 que soube esculpir bem a pedra” (MACHADO, 1823, p. 253254). Aliás, o próprio Machado de Castro (1810, p. 292) nos traz algumas informações sobre seu mestre: [...] Almeida, pelo contrario; teve Arte faltou-lhe Génio: operou não só em barro, e cera como o [Antonio] Ferreira, mas também em madeira, e mármore. Estudou em Roma, e foi Discípulo de Carlos Monaldi [...]”.

Mas o Grande Terremoto de 1755 e a devastação provocada em Lisboa acabou por limitar o número de trabalhos na Corte (FRANÇA, 2014, p. 9). Por essa razão muitos artistas foram à Mafra em busca de trabalho, entre eles, Machado de Castro, que no ano seguinte tornouse ajudante pessoal do escultor italiano Alessandro Giusti (1715-1799). Rodrigues (1842, p. 99) apresenta algumas informações sobre o período: “Nas de Mafra trabalhava então o egregio estatuário romano Alexandre Giusti; desejoso de praticar a arte a tão boa sombra, não duvidou Machado trocar a côrte por aquelle ermo, e os bons interesses, que já então n’ella fazia, por um escacissimo estipêndio

[...]”.

A estadia de Machado de Castro por 14 anos em Mafra (1756-1770) não se resumiu à aprendizagem e à prática laboral, de forma autodidata ele se dedicou ao estudo da literatura, a compor poesias e ao aprendizado de novas línguas, dentre outros afazeres (PEREIRA, 2007, p. 7-8). Em 1770, com 39 anos, já um experiente artífice, escultor de maior destaque aos olhos de Giusti, Machado de Castro recebeu do ajudante de arquitetura da Casa do Risco e Obras Públicas, Domingos da Silva Raposo, um convite inusitado em 19 de outubro de 1770 (CASTRO, 1810, p. 23). A proposição em questão mencionava a abertura de um concurso, dirigido pelo arquiteto e engenheiro militar Reynaldo Manoel dos Santos (1731-1791), então diretor daquela repartição, cujo empreendimento resultaria na execução da estátua régia de D. José I.

É o próprio Machado de Castro que revela ter havido um concurso anterior para a estátua régia, contudo, o modelo proposto por um militar italiano (infelizmente não se reteve o nome do participante) não foi do agrado dos organizadores (CASTRO, 1810, p. 23). Em sua nova edição, o concurso contou com a participação de um escultor maltês, Andrea Imbrol, único que sabia trabalhar sobre o marfim (TEIXEIRA, 1932, p. 177-178), juntamente com nosso escultor português.

Os concorrentes receberam, em fins de dezembro de 1770, os desenhos da representação alegórica da estátua produzida e idealizada pelo engenheiro militar e arquiteto Eugênio dos Santos de Carvalho (1711-1760), em 1759, ficaram encarregados de produzir uma representação em vulto feita sobre gesso, a ser entregue no Paço, em 21 de março de 1771 (LIMA, 1989, p. X-XI).

O julgamento dos vultos (possivelmente decidida por Reynaldo Manoel) resultou na escolha de Machado de Castro para a função de estatuário com aprovação do próprio monarca (CASTRO, 1810, p. 32-33). O procedimento seguinte consistiu em um exaustivo estudo de viabilidade em que o escultor detalhava as etapas para a construção, em dimensões reais, do modelo em estuque. O que foi entregue em 10 de março de 1772.

Cabe destacar que Machado de Castro não era, inicialmente, o favorito à seleção. Mas com a morte de seu antigo mestre, José de Almeida, e a progressiva cegueira que acometeu Giusti, o escultor coimbrão acabou por conquistar o posto (PEREIRA, 2003, p. 37-46 *passim*). José-Augusto França (2014, p. 11) analisando a questão levanta a hipótese do impacto que teria uma possível indicação de Machado de Castro por uma figura como Giusti:

Almeida morrera no ano anterior; mas em Mafra, porque não Giusti que já modelara o retrato do rei anterior e continuava a ter proteção de D. José que o mandou a França para tratar a cegueira que começara então a afligi-lo, mas não ainda no ano da encomenda da estátua? Em volta dele, Cyrillo conta uma dúzia de colaboradores mais ou menos prontos para a obra, e era, segundo ele, o que em Mafra constava. Porque não Gisti, ou que papel ele terá tido na escolha que foi, muito provavelmente, em definitivo, de Reinaldo Manuel?

Contudo, não tenhamos uma resposta palpável até o momento.

Dito isto, resta saber o que teria auferido Machado de Castro destes serviços prestados na confecção da efígie real e o que significava estes ganhos para a sua condição social enquanto artista na Corte. Como parte da política de mercês do consulado pombalino, o mecenato régio adotou uma prática de benesses específica para congratular os feitos dos agentes envolvidos no projeto de reconstrução da cidade<sup>2</sup>. “Imediatamente que a Estatua se fundio (no anno de 1775), e em consequência ainda antes da sua Inauguração, tive eu do Soberano, que acabava d’esculpir, a Mercê do Habito da Ordem de Christo” (LIMA, 1989, p. 350). Ao tornar Machado de Castro um cavaleiro daquela instituição militar e religiosa, o rei sacralizava um importante artifício da política de nobilitação (já que pertencer a esta ordem equivalia a estar na base da nobreza lusa) típico das práticas de vassalagem da época (KRAUSE, 2008, p. 1-2). Contudo, integrar esta Ordem implicava em cumprir certos requisitos, dos quais careciam em Machado de Castro. No requerimento enviado pela Mesa da Consciência ao monarca consta:

Das provansas que se fizeram a Joaquim Machado de Castro para receber o Abito de Cristo constou de tudo na forma dos interrogatorios: Porem no seu principio occupava-se em fazer figuras de páo e barro, e consertar orgaos por dinheiro, e ao prezentehe Delineador do risco das Obras de Cantaria na Caza do Risco do Arsenal Real: o Pai teve a mesma occupação de fazer figuras por dinheiro: o Avô materno foi Alfaiate, e a Avó Coziadeira de vestidos. O Avô materno foi Sapateiro a May e Avó materna de segunda condisão. Pelo que se julga impedido para entrar na Ordem (LIMA, 1989, p.xiv).

Tais critérios de restrição ao ingresso nesta Ordenação, segundo Olival (2001, p. 359-360), passaram a vigorar a partir da “bula de Pio V, Ad Regie Maiestatis, de 18 de Agosto de 1570, que introduziu a limpeza de sangue nas Ordens Militares portuguesas, proibiu a entrada a filhos ou netos de mecânicos; os hábitos deviam ser dados a quem nascera nobre”. Contudo, a pesquisadora sublinha que, em Portugal, essa prática puritana nem sempre foi seguida a rigor, e que, a partir da segunda metade do século XVIII, uma média 43,8% dos requerimentos dispensaram a restrição a estes critérios de ascendência (OLIVAL, 2001, p. 360).

No caso de Machado de Castro, embora não fizesse os requisitos isso não significou o fechamento da questão, pois a última palavra ainda era do rei que, em despacho de 29 de abril de 1775, ordenou: “Hey por bem, e por graça, que não fará exemplo dispensar gratuitamente ao suplicante com os mesmos especiaes motivos, com que lhe fis mercê do Habito, que deve receber” (LIMA, 1989,

---

2. Foram beneficiários: “Bartolomeu da Costa, Tenente Coronel Engenheiro, que teve em premio a Patente de Brigadeiro. O es-cultor Machado de Castro, e o Architeto Reynaldo, tiveram Habitos de Christo” (MACHADO, 1823: 266). Para além dos mencionados, Machado de Castro ainda indica mais dois beneficiários, Manoel Gomes de Carvalho que de Paisano adquire a patente de Marechal de Campo e, João dos Santos passando a Patrão-mor da Ribeira das Náos (CASTRO, 1812, p. 430).

p.xv). Ordem acatada pela mesma instituição em parecer de 6 de maio do mesmo ano, no qual encerra a questão: “Visto estar o Justificante dispensado nos impedim.tos que constão do despacho supra, por resolução de S. Mag.de [...] o julgão hab.o p.a receber o Abito de Cristo” (LIMA, 1989, p. xv). Todavia, Machado de Castro só veio a receber o diploma em 14 de outubro de 1778 (LIMA, 1989, p. 353).

Sérgio Buarque de Holanda sublinha que Portugal nunca gozou de uma organização social estática, contudo essa mobilidade social existente não abria mão da valorização de princípios sociais aristocráticos vinculados à cultura do trabalho, principalmente no que tange a uma visão pejorativa da continuidade deste agente de viver de ofícios mecânicos (HOLANDA, 2014, p. 41). Vê-se neste habitus de “purificação do sangue” um instrumento regulador da manutenção de um status-quo típico desta sociedade orgânica de Antigo Regime, na medida em que, isso se tornou um elemento de distinção dentro deste microcosmo social. Em outras palavras, uma vez que este indivíduo se tornava um membro desta nobreza, o critério basilar passava a ser a atividade profissional que este agente passaria a desenvolver, daí o uso do artifício de nomeá-lo delineador do risco da Casa do Risco do Arsenal Real, reforçando assim sua posição de prestígio na Corte (OLIVAL, 2001, p. 364-365).

Com o padecimento de D. José I, sua filha D. Maria I (17231816), veio a sucedê-lo como a primeira soberana de Portugal (17771816) (MAXWELL, 1996, p. 161). O contexto da chamada “Viradeira”, contudo, não representou um risco ao progresso artístico em Portugal. Houve não só uma permanência da valorização cultural característica dos regimes anteriores, mas também uma ampliação no desenvolvimento das artes (VIANA JUNIOR, 2015, p. 101). Em termos de liberalidade, no caso de Machado de Castro, a regência de D. Maria I fez uso do expediente de nomeá-lo escultor da casa real, através de um alvará régio de 11 de Setembro de 1782, um expediente ambivalente (Cf. LIMA, 1989, p. 354). Pois, para além de seus efeitos práticos na fidelização da prestação de serviços, o mecenato mariano oportunizou que este agente, agora um *servitù particolare*, transpusesse a margem tutelar das corporações presente no ambiente das cidades.

Por fim, cabe destacar que o trajeto de ascensão social trilhado por Machado de Castro, não como um caso de excepcionalidade, revela que as estratégias individuais dos artífices estavam coadunadas a interesses de grupos e de projetos políticos. Sendo assim, nos parece importante salientar que, as possibilidades de emergência por ele aventadas, só se tornaram sensíveis pela necessidade do Estado de fabricar uma imagem simbólica do Poder.

## REFERÊNCIAS

Fontes

CASTRO, Joaquim M. Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre Erigida A Gloria do Senhor rei fidelíssimo D. José I. Lisboa, 1810.

LIMA, Henrique de C. F. Joaquim Machado de Castro – Escultor Conimbricense. Notícia Biográfica e Compilação dos seus Escritos Dispersos. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1989.

MACHADO C. V. Colecção de Memórias, relativas a's vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal. Lisboa: Na imp. De Victorino Rodrigues da Silva, 1823.

RODRIGUES, Francisco d'Assis. Comemorações. In: Revista Universal Lisbonense, de 17 de novembro de 1842, pp. 99-102. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/RUL/1842-1843/1842-1843.htm>. Visto em: 15/05/2017.

\_\_\_\_\_. Dicionario technico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura . Lisboa: Impr. Nacional, 1875.

#### Bibliografia

FRANÇA, José-Augusto. Como pôde ser Machado de Castro. In: FARIA, Miguel Figueira de (Coord.). Machado de Castro – da utilidade da escultura. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, pp. 9-14.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KRAUSE, Thiago Nascimento. Em busca da honra: os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e em Pernambuco, 1644-76. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio , 2008, pp. 110. Disponível em: [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/121\\_2608874\\_ARQUIVO\\_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/121_2608874_ARQUIVO_ThiagoKrause-ANPUHRJ2008.pdf). Acesso em: 17/07/2017.

MAXWELL, Kenneth. O Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

OLIVAL, Fernanda. As Ordenações Militares e o Estado Moderno : honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

PEREIRA, José Fernandes. Dicionário de arte barroca em Portugal . Lisboa: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. A Escultura de Mafra. Lisboa: IPPAR, 2003.

\_\_\_\_\_. As leituras de Machado de Castro. In: Arte Teoria. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2007, pp. 7-25. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10395/2/ULFBA\\_PER\\_Arte%20Teoria%209\\_Jos%C3%A9%20Fernandes%20Per\\_eira%201.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10395/2/ULFBA_PER_Arte%20Teoria%209_Jos%C3%A9%20Fernandes%20Per_eira%201.pdf). Acesso em:



15/07/2017.

SANTOS, Maria Irene Ramalho de Sousa. A Escrita na Vida da Gente: sobre <<autobiografias operárias>>. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1980. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/04%20%2005/\\_Maria%20Irene%20Ramalho%20de%20Sousa%20Santos%20%20A%20Escrita%20na%20Vida%20da%20Gente,%20Sobre%20Autobiografias%20Operarias.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/04%20%2005/_Maria%20Irene%20Ramalho%20de%20Sousa%20Santos%20%20A%20Escrita%20na%20Vida%20da%20Gente,%20Sobre%20Autobiografias%20Operarias.pdf). Acesso em: 15/07/2017.

TEIXEIRA, Francisco Augusto Garcez. “Para a História do Monumento de D. José I.”, in: Revista de Arqueologia , tomo I, 1932.

VIANA JUNIOR, Fernando S. C. Dos Sabores Fortes aos Suaves : os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.